

ELIO GASPARI

A Ditadura Encurralada



COMPANHIA DAS LETRAS

A ópera de Salzburgo

O desempenho econômico do primeiro ano de governo foi um estuário de frustrações. Mario Henrique Simonsen aceitara o cargo supondo que seria possível segurar a inflação de 1974 nos 20%.¹ Em junho, Geisel esperava contê-la nos 25%.² Fechou o ano com 35%. Estimava um déficit comercial de 1,5 bilhão de dólares, resultou o triplo. A conta foi paga com a perda de 18% das reservas internacionais e um crescimento de 37% da dívida externa. Os números desmentiram as expectativas de austeridade dos primeiros meses, mas conseguiu-se o essencial: o crescimento do Produto Interno ficou em 9,6%,³ mantendo-se nas vizinhanças dos números mágicos do Milagre. Era isso que importava.

Num governo preocupado com o custo das importações de petróleo, uma das melhores notícias da história nacional acabara confundida com um espasmo propagandístico. Em julho de 1974, um navio da Petrobrás começara a furar o poço 1-RJS-9A, a 3130 metros de profundidade, na plataforma continental do norte do Rio de Janeiro.⁴ Perseguiu o

1 Reunião de Geisel com Mario Henrique Simonsen, 29 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

2 Maço de quarenta folhas com a gravação da fala de Geisel na reunião com o Alto-Comando das Forças Armadas, de 10 de junho de 1974. APGCS/HF.

3 Revisto, o PIB cresceu 8,15%. IPEA <<http://www.ipeadata.gov.br>>, Série "PIB — var. real anual".

4 Artigo de L. A. Horta Nogueira, "Produção e processamento de petróleo e gás natural no Brasil: perspectivas e sustentabilidade nos próximos 20 anos", <<http://libdigi.unicamp.br/document/?view=18>>. Nota de Sebastião Henriques Vilarinho, de 14 de janeiro de 1998, AA. Vilarinho estava na equipe de perfuração no litoral norte do Rio de Janeiro em 1974.

lençol de petróleo que o Padre Eterno deveria ter jogado no Brasil mas que, por alguma razão, caíra no mar. Duas semanas antes da eleição, Geisel fora informado de que se achara petróleo. Reuniu-se no Alvorada com técnicos da Petrobrás, e eles recomendaram prudência. A sonda batera em rochas de calcário impregnadas de óleo, mas ainda não havia garantia de que se tratasse de uma formação produtiva. O presidente temeu que um anúncio prematuro fosse denunciado como manobra eleitoral.⁵ Duas semanas depois da eleição, quando os testes estavam praticamente concluídos, Geisel viu-se na primeira página dos maiores jornais, contemplando uma pequena garrafa escura, cheia de petróleo. A Petrobrás descobrira o campo de Garoupa e uma das grandes províncias petrolíferas do mundo. O barril a dez dólares viabilizava a exploração da área.

A derrota eleitoral, a tradição triunfalista e algumas projeções exageradas levaram a bacia de Campos a entrar na história pela porta dos fundos. Tendo atrelado a legitimidade da ditadura ao desempenho econômico, o governo buscou no êxito da Petrobrás um prenúncio do fim das dificuldades comerciais do país. A Assessoria de Imprensa do Planalto chegou a considerar tímida a previsão de que, com a produção de Campos, o Brasil saltaria, em dois anos, de 200 mil barris por dia para 1 milhão, ultrapassando o consumo nacional.⁶

Durante a euforia do Milagre, semelhante descoberta haveria de render ao regime a confirmação de sua onipotência. Agora, mal rendia fé, pois quem desconfiava do exagero acabava duvidando da própria realidade.

Geisel queria impor sua racionalidade ao projeto do governo, zelando para que o otimismo do delfinato não fosse substituído por uma descrença nos fundamentos da sua administração. Alterara a essência da gestão econômica. Tirara as decisões da mesa do ministro da Fazenda, levando-as para a sua. O Brasil era governado por um general convencido de que “a iniciativa privada não se interessa pelo real desenvolvimento do país”, e, por isso, “o Estado tem que dirigir”.⁷ O presidente não que-

5 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 e 5 de novembro de 1974. Ernesto Geisel, 1995.

6 A produção brasileira só chegou a 1,2 milhão de barris/dia em março de 2000. A bacia de Campos, em março de 2002. Para a previsão, *Folha de S.Paulo* de 30 de novembro de 1974, p. 1.

7 Ernesto Geisel, organizado por Maria Celina d'Araujo e Celso Castro, pp. 251 e 253.

ria ser apenas um supervisor da economia, pretendia comportar-se como seu indutor.

Para as empresas que conseguiam créditos no BNDE, havia dinheiro premiado. Prosperaram debaixo da proteção de um teto de 20% no cálculo da correção monetária de suas dívidas. Com uma inflação de 34,5%, isso significava um subsídio de 14,5%. O banco duplicara sua capacidade financeira, emprestando, só em 1974, 1 bilhão de dólares a esses empreendedores afortunados.⁸ Aos demais, crise de liquidez.

Em novembro de 1974, Geisel e Golbery travaram um rápido debate com Sérgio Barcelos, um jovem diretor da Petrobrás que condenava o sistema de financiamentos do governo. Fizeram isso à moda do palácio, respondendo com curtas anotações à margem de um documento que eles enviara.

Barcelos reclamava que o dinheiro do BNDE acabava nas mãos de “uns poucos privilegiados [...] isto é, as grandes indústrias”. Geisel rebateu: “E que interessam mais ao desenvolvimento do país”.

Como Simonsen, Barcelos preferia que o dinheiro fosse para o mercado de capitais.

“La bête noire”, respondeu Golbery.

O procedimento, segundo o diretor da Petrobrás, demonstrava que o governo não acreditava nas bolsas.

“Quem acredita, hoje?”

Isso abria o flanco para os críticos que condenavam o excesso de interferência do Estado na economia, advertia Barcelos.

“E daí!”, anotou Golbery.⁹ (A bolsa estourara em 1972. Depois de uma alta real de 180,9% em 1971, estava no terceiro ano de queda, com perdas em torno de 30%.)¹⁰

8 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 2: 1975, p. 23. Para a duplicação da capacidade financeira do BNDE, Carlos Lessa, *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976*, p. 224.

9 Cinco folhas de Sérgio Barcelos para Heitor Ferreira, visadas e anotadas por Geisel e Golbery, de 22 de novembro de 1974. APGCS/HF.

10 O Índice da Bolsa de Valores, IBV, caiu 35,1% em 1972, 32,9% em 73 e 28,4% em 74. John H. Welch, *Capital markets in the development process — The case of Brazil*, p. 93.

Formara-se um novo estilo de governo. Simonsen “arrancava os cabelos” com a inflação. Reis Velloso preponderava.¹¹ Depositário da ortodoxia teórica do regime, o ministro da Fazenda transformara-se num brilhante e respeitado contador. Já o seu colega do Planejamento, irrelevante no currículo, tornara-se instrumento do projeto de poder do presidente. Zelava pelas prerrogativas de tesoureiro, queixava-se dos ministros que o atropelavam, tratando de seus projetos diretamente com Geisel.¹²

Eram personalidades opostas. Dissimulado na modéstia, Velloso podia permitir que o serviço de divulgação do Ministério do Planejamento informasse que fora agraciado com a grã-cruz da Ordem Estadual Renascença do Piauí.¹³ Simonsen, na sua extroversão, divertia-se com as maledicências que o perseguiram: “O poder é tão embriagador que passei a considerar o uísque supérfluo”.¹⁴

Golbery queixava-se de que enquanto “o Simonsen é praticamente o único que se preocupa com a inflação”, ele próprio “não tinha ingerência na parte econômica”.¹⁵ Convivia bem com Velloso, mas percebia que o projeto de predomínio de Simonsen falhara. Na economia, como na política, mandava o presidente.

Para se ter uma idéia do que significava esse macrocomando, podem-se percorrer as decisões tomadas ou anunciadas por Geisel num só mês, o de janeiro de 1975.

Dia 9. Resolveu construir uma grande siderúrgica em Minas Gerais. Segundo um documento do Gabinete Militar, as importações de ferro e aço estavam em mais de 3,5 bilhões de dólares anuais, tendo-se torna-

11 Para Simonsen arrancando cabelos, *Ernesto Geisel*, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, p. 293. Para Velloso em posição preponderante, *idem*, p. 298.

12 *Diário de Heitor Ferreira*, 14 de abril de 1975.

13 *Comunicado Interno Extra*, da Secretaria do Planejamento, de fevereiro de 1975, anotado por Heitor Ferreira e visado por Geisel. APGCS/HF.

14 *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de abril de 1975.

15 *Idem*, 3 de fevereiro de 1975.

do o primeiro item de consumo de divisas.¹⁶ (Esse empreendimento chamou-se Açominas. Veio a ser montado no vale do Paraopeba, perto do lugar onde ficou exposto, debaixo de uma gameleira, o quarto inferior direito de Tiradentes. Deveria ter custado 1,8 bilhão de dólares e entrou em funcionamento em 1980. Custou 7 bilhões e operou em 1986. Sete anos depois, falida, a siderúrgica foi privatizada por 598,5 milhões de dólares.)¹⁷

Dia 13. Interessado em reter no campo a população da zona do cerrado, “que só vive da construção civil”, patrocinou a expansão do sistema de crédito rural existente para a região, cobrindo uma área de 3 milhões de hectares.¹⁸ (Denominado Polocentro, o programa foi lançado dezesseis dias depois, prevendo investimentos de 265 milhões de dólares entre 1975 e 1977. Em 1976 Geisel visitou uma plantação de soja no cerrado goiano. No final do século a savana do Brasil central respondia por 30% da área ocupada pela produção agropecuária do país.)¹⁹

Dia 20. Contou ao Alto-Comando das Forças Armadas que estava adiantado nas negociações de um acordo nuclear com a França ou com a Alemanha. O governo desejava importar tecnologia e equipamentos para implantar uma indústria nuclear: “Eu não estou dizendo que o propósito do Governo seja este, de procurar fazer arma nuclear, mas nós temos que nos preparar, tecnologicamente, etc., e ficarmos em condições de podermos prosseguir nesse caminho, conforme as circunstâncias”.²⁰ (Em junho assinou um acordo nuclear com a Alemanha. Resultou no anúncio da compra de 2 bilhões de dólares em equipamentos.)

16 Para o dado do aço, treze folhas com sugestões para a fala de Geisel na 2ª reunião do Alto-Comando das Forças Armadas, marcadas por Heitor Ferreira: “Do Hugo, +- 10 Jan 75”. Em 1974 as importações de produtos siderúrgicos ficaram em 1,8 bilhão de dólares, abaixo do petróleo e das máquinas e equipamentos. *Anuário estatístico do Brasil — 1977*, p. 516.

17 *IstoÉ*, 21 de abril de 1993, p. 50. Artigo de Antônio do Monte Greco (PUC-Minas) e Carlos Sidnei Coutinho (Cedeplar-UFMG), Anais do x Seminário de Economia Mineira, “Açominas: um exemplo polêmico de privatização”, <<http://cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D49.PDF>>.

18 *Diário de Heitor Ferreira*, 13 e 21 de janeiro de 1975.

19 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 2: 1975, p. 36. *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 29 de janeiro de 1975 e 9 de abril de 1976. APGCS/HF.

20 *Segunda Reunião do Alto-Comando das Forças Armadas*, 20 de janeiro de 1975. APGCS/HF.

Dia 21. Informou que pretendia criar a Radiobrás.²¹ (Formada em 1976, a rede estatal de emissoras ainda existe.)

Dia 28. Tratou, em sigilo, da idéia de divisão do estado de Mato Grosso e do desmembramento do norte de Goiás, com a criação de um território federal.²² (Mato Grosso foi dividido dois anos depois. Desde 1988 o norte de Goiás tornou-se o estado do Tocantins.)

A listagem dos temas de uma só reunião das 9h, quando Geisel começava o dia de trabalho encontrando-se com a equipe palaciana, retrata as microdecisões dessa mesma presidência. Numa das vezes em que presenciou a conversa, Heitor Ferreira anotou todos os trinta tópicos tratados. Uma seleção deles:

- Remeter aos governadores recorte sobre bactérias em xícaras de bar.
- Ferrovia central do Paraná.
- Padrões de açúcar em conservas.
- Adalberto²³ cobra o regulamento interno da vice-presidência. Não há vice-presidência. Há vice-presidente.
- Por que se aumentou um oficial na subchefia da Aeronáutica (do Gabinete Militar)?
- Geisel disse que ninguém o obedece.
- Não vai emitir dinheiro para as rodovias do Dyrceu.²⁴ Não é o Jango.²⁵

Um presidente que mandasse não estava nos planos da plutocracia que a ditadura cevava.

21 *Diário de Heitor Ferreira*, 21 de janeiro de 1975.

22 *Idem*, 28 de janeiro de 1975.

23 General Adalberto Pereira dos Santos, vice-presidente da República.

24 General Dyrceu de Araujo Nogueira, ministro dos Transportes.

25 *Diário de Heitor Ferreira*, 1º de abril de 1975.

Durante a campanha eleitoral gaúcha, o empresário Jorge Gerdau Johannpeter resolvera acender um altar à Arena e uma vela ao MDB. Crescera no delfinato, comprara a Companhia Siderúrgica da Guanabara e, aos 38 anos, era um dos ícones da burguesia industrial do Milagre. Imponente figura germânica, franco nas conversas e ágil nos movimentos, vira-se num dilema quando Paulo Brossard, seu colega no tempo de estudante da Faculdade de Direito, decidiu disputar a cadeira de senador. Dera-lhe ajuda. Pela sua narrativa, uma camionete Veraneio. Pelos murmúrios da Arena derrotada e ressentida, meio milhão de cruzeiros. O passo custou caro. Sentira-se malfalado no governo gaúcho. Heitor Ferreira dissera-lhe que andara “fazendo bobagens contra nós”. A maledicência chegara ao próprio presidente. Diante disso, Gerdau explicou-se ao tribunal de última instância do regime: o SNI. Não foi recebido pelo poderoso chefe do Serviço, general João Baptista Figueiredo, mas conseguiu quem o ouvisse.

Contou que atendera a um pedido de ajuda do amigo e emprestara a camionete, numa atitude “freqüente e normal nos meios empresariais que não devem e não podem adotar posições políticas radicais para não ficarem submetidos a pressões que podem levar a questões sindicais, trabalhistas e de indisciplina entre os operários”. Figueiredo anotou à margem do relatório da conversa: “Retrato do empresariado...”.

Segundo o registro do SNI, Gerdau abriu o coração:

Declarou que não fez este empréstimo propriamente em função do seu relacionamento com Brossard [...] mas premido pela função de “cabeça” de uma empresa com responsabilidades em vários estados e recentemente interessando-se também em implantar o setor de mercado de capitais, tudo conduzindo à extrema necessidade de contar com elementos de cúpula em todas as áreas políticas, capazes de lhe prestar informações valiosíssimas antes do grupo se empenhar em contratos que, freqüentemente, envolvem a aplicação de somas superiores a Cr\$ 10 milhões.²⁶ [...] Em síntese, o seu ato [...] visou especificamente resguardar uma fonte segura de contatos com áreas empresariais sob influência de lideranças do MDB.

26 Em dólares de fevereiro de 1975, quantia equivalente a 1,3 milhão.

Se essa explicação parecesse insuficiente, o industrial tinha mais a contar: “Ele próprio e seus parentes da diretoria deram à Arena uma quantia superior a Cr\$ 350 mil, sendo cerca de Cr\$ 180 mil no Rio Grande e o restante na Guanabara e em Recife, havendo apenas uma parcela menor dada diretamente a dois deputados da Arena, pois o grosso da contribuição foi sempre entregue às direções partidárias”.

O documento do SNI informava que seu pleito era simples: “Pedi encarecidamente que este relato fosse levado ao conhecimento do general Figueiredo, com a maior brevidade, com o apelo de que mandasse apurar em profundidade a verdade e as origens do boato, a fim de que o senhor Presidente pudesse receber uma informação do SNI, acabando uma distorção que pode causar imprevisíveis prejuízos à sua empresa, mercê da confiança que sempre mereceu na presidência”.

O auto-de-fé foi a Geisel, que não gostou do fecho e anotou: “Se a Presidência sou eu, não é verdade que tenha merecido a alegada confiança. Pelo contrário, nunca teve”.²⁷

Estava suja a barra de Gerdau.

Não há documentação capaz de permitir a conclusão de que se aplicou esse tipo de pressão a outros empresários que ajudaram o MDB. O caso de Gerdau é ilustrativo pela maneira como o SNI registrou sua reação. A desproporção entre a ajuda que deu a Brossard e a que entregou à Arena era uma boa amostra da preferência do patronato. Já a desproporção da contrariedade do governo indica a perplexidade de uma ditadura que via o empresariado estacionar uma Veraneio no pátio oposicionista. Gerdau não se associara a nenhuma idéia liberal de Brossard. Como bem explicou, esperava do MDB gaúcho, no máximo, alguma proteção.

O grande empresariado convivera bem com a ditadura enquanto ela foi previsível na sua intolerância. Sentia-se desorientado diante de um presidente ditatorial, porém imprevisível. Se alguém pudesse explicar o que

27 Xerox de três folhas do SI/GAB do SNI, de 5 de fevereiro de 1975, intituladas Sr. Jorge Gerdau Johampeter — Grupo Gerdau, anotadas por Geisel, Figueiredo e Heitor Ferreira. APGCS/HF.

significava, quanto custava e como terminaria a “lenta, gradativa e segura distensão”, ele poderia fazer sua escolha. Se fosse possível antever a exata direção da política econômica, também seria possível escolher. Sempre que o empresariado brasileiro soube ao que devia aderir, aderiu. A que aderir? Às idéias de Simonsen? Às práticas de Velloso?

Nem o próprio Geisel tinha essas respostas. Abria aqui e fechava ali, expandia a economia e contraía o crédito, exaltava o PND e anunciava freios. Ao lado disso, baixava o chanfallo no sistema financeiro. Com um mês de governo, rompera a escrita segundo a qual banco não podia quebrar. Interviera no Halles, do Rio de Janeiro, e tentara manter sob rédea curta três outras casas que estavam com as contas em desordem.²⁸ Quatro meses depois, sem estrondo, acertou a primeira. O Banco União Comercial, do Rio de Janeiro, viu-se obrigado a fundir-se com o Itaú. Nem o socorro do Banco Central, que lhe abria perto de 1,5 bilhão de cruzeiros na carteira de redescontos, conseguira salvá-lo. Nele Roberto Campos tivera a sua primeira (e única) experiência com as belezas e as maldades do mercado.²⁹ As duas outras casas (Aurea e Crecif) duraram alguns meses, até que se extinguiram.

A previsibilidade do delfinato fora substituída por uma paradoxal mistura de ambigüidade e centralização. Sintetizando-a, disse um empresário: “O diálogo é fácil, só que não se sabe o que será feito”.³⁰ Em março de 1975, diante de uma súbita queda das reservas internacionais, seguida de um aperto monetário, Reis Velloso passara alguns dias em São Paulo. Regressara com um balde de queixas. Sebastião Camargo, o maior empreiteiro do país, e Olavo Setubal, dono do banco Itaú, reclamavam do aperto. Setubal chegara a dizer que se atravessava uma crise de liquidez sem paralelo.

Grandes banqueiros ou industriais conseguiam ouvidos de ministros. Santos menores recorriam aos contatos que tinham com os coro-

28 Memorando de Mario Henrique Simonsen a Geisel, em *Correio Braziliense* de 9 de fevereiro de 1991, p. 5.

29 Roberto Campos, *A lanterna na popa — Memórias*, p. 899. Ver também Ari Cesar Minella, *Banqueiros — Organização e poder político no Brasil*, pp. 374 e 432.

30 Renato Raul Boschi, *Elites industriais e democracia*, p. 157.

néis do SNI. Na Associação Comercial do Rio, os empresários diziam que nada impedia a manutenção das altas taxas de crescimento. Se isso parecia difícil, o problema derivava da “falta de confiança nas intenções ministeriais” e da má gerência dos ministros. Sustentavam também que o governo alimentava “um certo clima de pessimismo” ao registrar que herdara otimismo de mais e inflação oficial a menos. Remetida a minuta dessa informação a Geisel, ele a fulminou: “Saudades do Delfim?”³¹

Foi sob essa mistura de saúde e incerteza que o empresariado nacional se acomodou a uma das mais brilhantes estratégias de sua história. Precisava de uma bandeira que lhe permitisse lutar pela liberdade sem lutar pela democracia, reclamar do governo sem se confundir com uma oposição acusada de flertes com o esquerdismo. A palavra mágica foi *estatização*. Estava em desuso desde o início dos anos 60, quando fizera parte do vocabulário da propaganda contra João Goulart.

Nos quinze anos seguintes ela aparecera aqui e ali, mas nunca chegara a se transformar numa bandeira mobilizadora. A ditadura sacramentara a estatização da infra-estrutura econômica do país sem ouvir queixas. Em 1962 só doze das trinta maiores empresas pertenciam ao Estado. Em 1971 elas eram dezessete.³² No final do delfinato o Estado detinha 45,8% do patrimônio líquido das 5257 principais empresas não agrícolas.³³ Em 1972, durante as grandes festas do Milagre, o Estado era dono de 46 das cem maiores empresas não financeiras do Brasil, e de nove das cem maiores empresas manufatureiras (contra sete em 66). No delfinato a participação do setor público na indústria passara de 8% em 1966 para 15% em 72.³⁴

Por mais que esse crescimento tenha sido acompanhado por expansões oportunistas, ridículas até, do aparelho do Estado, ele se dera, no essencial, porque faltavam capitais e confiança aos investidores privados na-

31 Duas folhas, com anotação de Geisel, da *Informação nº 073/18/AC/75*, intitulada *Nível das Atividades Econômicas*. APGCS/HF.

32 Donald V. Coes, *Macroeconomic crises, policies, and growth in Brazil — 1964-90*, p. 63.

33 Antonio Paim, *A querela do estatismo*, citando uma pesquisa de Gilberto Paim, p. 141.

34 Richard S. Newfarmer e Willard F. Mueller, *Multinational corporations in Brazil and Mexico*, pp. 106-9.

cionais e estrangeiros interessados em projetos necessários para o desenvolvimento do país. Nenhum dos três primeiros governos militares reverteu essa expansão, muito menos se viu pressionado a fazê-lo, e em nenhum momento o prometeu. A ditadura que o empresariado tanto louvava avançara sobre a economia sem que se ouvisse grande reclamação. Entre 1964, com o início do consulado do marechal Castello Branco, até o final de 73, no ocaso do delfinato, a ditadura produziu os seguintes resultados econômicos:

1. A carga tributária saltou de 17% do PIB em 1964 para 25% do produto em 73.

2. Os gastos fiscais de todas as administrações públicas (federal, estaduais e municipais) aumentaram de 20,4% do PIB em 1964 para 24,7% em 70, embora tenham sido reduzidos para a casa dos 21% do PIB no biênio 73-74.

3. Os investimentos das empresas estatais federais, um relevante indicador do peso da atividade empresarial, também subiram no mesmo período — a formação bruta de capital fixo delas saiu de uma percentagem de 1,4% do PIB em 1964 para chegar a 3,9% em 74.

Geisel planejava e desejava uma expansão das despesas e dos investimentos do Estado. Ela ocorreria a partir de 1975 e 76. Nesses anos, os gastos fiscais das três esferas de governo subiriam para um patamar acima de 23% do PIB, e a taxa de investimento das empresas estatais pularia para 4,5% e 6,5% do produto, respectivamente. Pelo lado da divisão dos recursos entre essas três esferas, o biênio marca o período de maior concentração do poder nas mãos do governo federal desde o início da ditadura: a União responde por 59,7% e 62,6% da despesa primária consolidada de todos os governos em 1974 e 75; para uma idéia do efeito centralizador, em 68 essa proporção era inferior a 54%.³⁵

A plutocracia combatia um futuro que não lhe convinha fazendo de conta que não percebera o passado estatizante que lhe conviera.

35 Devo essas informações ao economista José Roberto Afonso. Suas fontes primárias foram as Contas Nacionais, cujas séries históricas o IBGE sistematizou em sua publicação *Estatísticas do século XX* de 2003.

Poucos avanços do Estado sobre a economia brasileira foram tão exemplares como o da telefonia, ocorrido no governo Castello Branco. Confrontara dois personagens que haveriam de se tornar paradigmas no debate econômico nacional da segunda metade do século XX. De um lado estivera o ministro do Planejamento, Roberto Campos. Defendia uma solução privada e contava com a simpatia do presidente. Do outro, o general Ernesto Geisel, chefe do Gabinete Militar, sustentando a criação de um monopólio estatal. Castello dera razão a Campos e pediu-lhe que fosse ao mercado buscar empresários interessados no negócio. Geisel apostou no fracasso do colega. Mais tarde, perguntaria: “O capital privado se interessou?”³⁶

A resposta está nas memórias de Campos:

Um de meus desapontamentos no governo Castello Branco foi não ter sido capaz de manter no setor privado a telefonia. [...] Durante cerca de quatro meses [...] Octávio Bulhões e eu procuramos incentivar grupos privados a se mobilizarem para operar na telefonia. Foram ouvidos vários empresários [...] sem que se conseguisse formalizar um grupo comprador. O vulto da transação, mais de US\$ 90 milhões, num mercado de capitais quase inexistente, e com a pouca densidade do nosso capitalismo da época, tornava difícil a mobilização de recursos. Seria necessário apoio governamental maciço aos empresários privados, o que, aos olhos dos militares estatizantes, invalidava a tese privatista.³⁷

Havendo “apoio governamental maciço”, haveria telefonia privada? Petroquímica, não houve. Enquanto esteve na presidência da Petrobrás, Geisel decidiu o futuro do setor petroquímico nacional. Durante o governo Costa e Silva estabeleceu-se que essa indústria ficaria com o setor privado. Seria tocada pelo grupo União, um consórcio liderado pela

36 Ernesto Geisel, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, p. 248.

37 Roberto Campos, *A lanterna na popa — Memórias*, p. 520.

Phillips Petroleum e por alguns dos maiores empresários nacionais. Juntava Walther Moreira Salles (Unibanco), Pery Igel (Ultra), Soares de Sampaio (Capuava) e Monteiro Aranha. Mal começara o jogo, a multinacional americana, que detinha 40% da sociedade, foi-se embora. Os acionistas convenceram-se de que oferecer participação minoritária aos grupos estrangeiros “era pura perda de tempo”. Não acreditavam que poderiam lucrar produzindo no Brasil aquilo que podiam vender aos brasileiros. O buraco aberto pela Phillips foi preenchido com um aumento de 5% no capital de cada sócio brasileiro e o apoio governamental maciço da Petrobrás, que ficou com 25% do negócio. Assim, em 1967, pela deserção de uma multinacional, os empresários nacionais patrocinaram a criação da Petroquisa. Um veterano diretor da Capuava participou, com dois diretores da Petrobrás, da primeira redação do decreto que criou a nova empresa estatal.³⁸

Inaugurada em 1972, a petroquímica entrou em operação com 25 milhões de dólares em dívidas de curto prazo na rede bancária.³⁹ Depois viu-se que a central de matérias-primas construída em São Paulo custara 50% acima do previsto (120 milhões de dólares). Finalmente a companhia tornou-se deficitária, os sócios desentenderam-se, não quiseram colocar mais dinheiro no negócio, e a iniciativa entrou em colapso. Numa solução capitalista, a Petroquímica União deveria ir à garra, sendo arrematada por quem lhe desse preço. Os notáveis plutocratas juntaram-se e foram a Geisel, pedindo que a Petrobrás aumentasse sua participação na sociedade. Ele exigiu o controle da empresa.⁴⁰

Fechado o acordo, em junho de 1973 Geisel recebeu o banqueiro Moreira Salles. Disse-lhe que se preocupava com “essa estatização forçada”.

— Eu lhe faço justiça. Sei o quanto o senhor lutou para evitar isso — respondeu o banqueiro.

38 Carlos Eduardo Paes Barreto, *A saga do petróleo brasileiro*, pp. 68-9 e 87.

39 Idem, pp. 67-72 e 86-98.

40 Ernesto Geisel, setembro de 1994. Para os aportes de capital da Petrobrás e para a recusa dos sócios a aumentar seus investimentos, Ernesto Geisel, organizado por Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, p. 246.

— É. O caso está no vulto do dinheiro. Eu não abro mão dessa minha posição intransigente por causa do volume do investimento e da minha responsabilidade perante os acionistas, perante a Petrobrás, o Governo.

— Lhe dou toda razão.

— Eu tenho que ficar com as rédeas na mão. Mais adiante, passamos de novo para a iniciativa privada — encerrou o general.⁴¹

Estava estatizada a petroquímica. Geisel entregou a presidência da empresa a um veterano da Petrobrás. Ele começou sua administração suspendendo a distribuição de 3% do lucro da companhia entre os diretores (cinco ou seis) e de 6% entre os empregados (cerca de 1500).⁴² Surpreendeu também os compradores da produção de eteno. (O eteno está para a indústria química assim como o aço para o setor automotivo.) Reuniu-os numa sala do Conjunto Nacional, em São Paulo, com os contratos de fornecimento sobre a mesa: “Os senhores sabem o valor desses contratos? É este”. E passou a rasgá-los. No fim do encontro o eteno era vendido a um preço 80% mais alto.⁴³ (A empresa sustentava que pedira, sem sucesso, aumento de preços ao governo.)

Se a estatização das telecomunicações resultou do desinteresse da iniciativa privada, a da petroquímica foi consequência do interesse do empresariado em preservar uma parte do valor de seus investimentos. Os sócios da Petroquímica União induziram a estatização de um setor sensível da indústria com o propósito de salvar um patrimônio mal gerido. Sem a entrada da Petrobrás, teriam perdido o investimento.

No seu trabalho sobre as relações do empresariado com o governo Geisel, o professor Sebastião Velasco e Cruz situa o nascimento da campanha contra a estatização com dia e lugar certo: 12 de dezembro de 1974,

41 *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de junho de 1973.

42 Para o corte das bonificações, Carlos Eduardo Paes Barreto, *A saga do petróleo brasileiro*, p. 100.

43 Paulo Cunha, dezembro de 1999. Ver também Carlos Eduardo Paes Barreto, *A saga do petróleo brasileiro*, p. 100.

nos salões do hotel Glória, durante o discurso do professor Eugênio Gudin ao receber o título de Homem de Visão daquele ano. (A tribuna do pronunciamento de Gudin resultava de uma privatização de última hora. O conselho editorial da revista *Visão* fizera primeiro uma opção estatal e elegeu o general Golbery. Ele recusara o prêmio.)⁴⁴

Com 88 anos de vida e mais de meio século de militância na ortodoxia econômica liberal, Gudin repetira idéias que o empresariado aplaudia mas não propagava. Dessa vez elas se transformariam num ingrediente de ação política:

Vivemos, em princípio, em sistema capitalista. Mas o capitalismo brasileiro é mais controlado pelo Estado do que o de qualquer outro país, com exceção dos comunistas. Setores industriais, como os de energia elétrica, siderurgia, petróleo, navegação, portos, estradas de ferro, telefones, petroquímica, álcalis e grande parte do minério de ferro, que nos Estados Unidos estão em mãos privadas, foram no Brasil absorvidos pelo Estado. Bem assim, em grande parte, a rede bancária que controla o crédito para as empresas privadas.⁴⁵

O tiro seguinte veio d’*O Estado de S. Paulo*. Na segunda metade de fevereiro de 1975 o jornal publicou uma série de onze reportagens intitulada *Os caminhos da estatização*. Refletindo o clima da época e o tipo de relações do patronato com a ditadura, exaltava a iniciativa privada, sem que houvesse em nenhum dos textos uma única frase de empresário defendendo seus interesses, muito menos criticando o governo. *O Estado* justificava o anonimato das fontes como um estímulo à franqueza, mas reconhecia: “A busca desse sigilo, por si só, é bastante representativa da situação de dependência em que vivem esses empresários”.⁴⁶

44 *Diário de Heitor Ferreira*, 16 de outubro de 1974.

45 Sebastião C. Velasco e Cruz, *Empresariado e Estado na transição brasileira*, p. 33.

46 *O Estado de S. Paulo*, 16 de fevereiro de 1975, p. 28. A série de onze reportagens foi até o dia 2 de março.

Cada reportagem cobriu um setor, da banca à mineração, da telefonia aos transportes. O conjunto seguia duas vertentes. Primeiro, constata o crescimento da participação do Estado na economia. Depois, demonstrava que a expansão das atividades básicas levava as empresas estatais a se meter em negócios que nada tinham a ver com seus propósitos. A Vale do Rio Doce, por exemplo, surgira em 1942 para explorar minério no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais. Tornara-se uma das maiores mineradoras do mundo, dona de uma empresa de transporte marítimo. Até aí, era uma história de sucesso no ramo de negócios em que nascera, mas o último relatório da companhia revelava uma constrangedora diversificação de atividades. Estava no mercado de flores, fertilizantes e celulose, além de gerir uma fazenda que industrializava e vendia carne de boi. Depois de ver na distorção uma simples busca de lucros, a reportagem informara: "Parece que essa é a principal inspiração da empresa, pois sempre se recusou a participar de projetos falidos, como ainda recentemente ocorreu, no caso do projeto do cobre de Caraíba, na Bahia".⁴⁷

Por mais que as críticas à expansão das indústrias estatais estivesse bem documentada (quase sempre com números de 1973, anteriores ao governo Geisel), não eram acompanhadas de propostas privatizantes. O centro da questão estava em outro lugar: "A maior preocupação dos empresários reside na verdadeira escalada do governo na área financeira e de crédito [...]. Essa escalada iniciou-se, mais efetivamente, com o fortalecimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que absorveu os recursos do Programa de Integração Social — PIS, e do Programa de Formação do Patrimônio dos Servidores Públicos, Pasep".⁴⁸

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo resumiria essa proposição no título de um documento — *O Processo de Estatização da Economia Brasileira: O Problema do Acesso aos Recursos para Investimentos*.⁴⁹ Em 1974 o PIS e o Pasep haviam arrecadado 7,1 bilhões de cruzeiros, e seus cofres acumulavam 16 bilhões, cifra equivalente a cerca de 8% do inves-

47 *O Estado de S. Paulo*, 21 e 22 de fevereiro de 1975, p. 17.

48 *Idem*, 16 de fevereiro de 1975, p. 28.

49 Sebastião C. Velasco e Cruz, *Empresariado e Estado na transição brasileira*, p. 59.

timento bruto fixo feito na economia naquele período.⁵⁰ Era o que Golbery chamara de "um repassão de poder".⁵¹

O *Jornal do Brasil* juntou-se ao debate com um novo articulista, o almirante da reserva José Celso de Macedo Soares Guimarães, ex-superintendente do programa de marinha mercante (Sunaman). Entrou batendo forte. Num artigo intitulado "Comunismo e seu novo nome: capitalismo de Estado", iluminou o caminho que permitiria ao empresariado criticar o governo sem desonrar o compromisso anticomunista do regime. Baseado na lista das duzentas maiores empresas brasileiras, denunciou que 66,15% do seu patrimônio estava na mão do Estado. No ano anterior (durante o delinqüência) a percentagem ficara em 63,8%. A diferença de 2,35 pontos percentuais não era grande coisa. O almirante projetou-a para concluir que, nesse ritmo, o empresariado nacional desapareceria em sete anos, substituído pelo governo ou por empresas estrangeiras.⁵²

Por maiores que fossem os sentimentos privatistas do empresariado, a campanha contra o estatismo tinha um objetivo e uma esperteza. O objetivo era restabelecer o sonho do predomínio de Simonsen sobre Velloso. Traduzida em dinheiro, a controvérsia girava em torno do acesso aos recursos públicos. O governo avançara na sua política de unificação do caixa, restringira a autonomia dos estados e municípios tanto nos gastos como nas dívidas e fortalecera a caixa do BNDE. Desde maio, discretamente, o banco irrigava o mercado de capitais com algumas centenas de milhões de cruzeiros.⁵³ Em setembro de 1975 o ministro da Fazenda teve sua grande vitória. O BNDE passou a aplicar uma pequena parte dos 23 bilhões de cruzeiros do PIS/Pasep no mercado de capitais. O decreto que autorizou esses investimentos não fixava tetos nem condições. Informava apenas que os critérios seriam " eminentemente técnicos".⁵⁴ A medida foi recebida com naturalidade pelo empresariado. A única con-

50 II PND, p. 23. O total do investimento bruto foi de 186 bilhões de cruzeiros.

51 Conversa de Geisel com Golbery, 3 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

52 José Celso Macedo Soares Guimarães, *Temos pressa*, p. 106, referindo-se ao artigo publicado no *Jornal do Brasil* de 1º de agosto de 1975.

53 *Diário de Heitor Ferreira*, 22 de maio de 1975.

54 *Folha de S. Paulo*, 27 de setembro de 1975, com a íntegra do decreto. Em junho de 1975, 23 bilhões de cruzeiros equivaliam a 2,9 bilhões de dólares.

ção nacional tinha três ministros e trezentas pessoas. O Banco do Brasil enviara onze representantes. A caravana incluía 33 jornalistas.⁶²

A idéia, a montagem e o espetáculo foram produto da imaginação e da agilidade do novo presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores, a Anfavea. Aos 37 anos, Mario Garnero chegou à posição pelo casamento com uma herdeira da família Monteiro de Carvalho, acionista da Volkswagen. Tinha vocação de palaciano, o gosto por eventos e a aparência dos grã-finos que sempre parecem ter saído do barbeiro. Viera da militância estudantil do início dos anos 60. Organizando eventos, conhecera Carlos Lacerda, Leonel Brizola e Juscelino Kubitschek, do qual se tornaria amigo fiel. Haveria de se transformar em dono de um banco de investimentos. Alavancou a festa com audácia: “Nem Mozart deve ter levado, num só dia, tanta gente à Konzerthaus como o Brasil levou”.⁶³

Admitindo-se que cada um dos 2 mil empresários que compareceram à ópera financeira de Salzburgo tenha gastado 2 mil dólares para marcar sua presença e que cada entidade patronal brasileira tenha pingado outros 10 mil, a récita custou perto de 5 milhões de dólares. A Heritage Foundation arrecadara 413 mil dólares no empresariado americano. Sir Keith trabalhava com um orçamento de 160 mil dólares.⁶⁴ Em três dias, a festa brasileira consumira oito vezes mais dinheiro que as duas instituições ao longo de um ano.

Assim como no Império, dançava-se sobre hipotecas. Ou, na feliz expressão de Donald Coes: “Os dirigentes autoritários dos anos 70 pareceram acreditar que o Brasil poderia virar uma superpotência com empregada doméstica”.⁶⁵ Com petrodólares abundantes, o presidente do Banco Central, Paulo Lira, conclamava os empresários a se endividarem, pois a

62 Mario Garnero, *Jogo duro — O caso Brasilinvest e outras histórias de velhas e novas Repúblicas*, pp. 83-8, e *Seminário de Salzburgo*.

63 Mario Garnero, *Jogo duro — O caso Brasilinvest e outras histórias de velhas e novas Repúblicas*, p. 87.

64 Para o orçamento da Heritage Foundation, Lee Edwards, *The power of ideas — The Heritage Foundation at 25 years*, p. 14. Para o orçamento do CPS, Andrew Denham e Mark Garnett, *Keith Joseph*, p. 244.

65 Donald V. Coes, *Macroeconomic crises, policies, and growth in Brazil — 1964-90*, p. 165.

dívida externa “demonstra a capacidade que o país tem de crescer além dos limites impostos pelo nível de poupança interna”.⁶⁶ “O BNDE começou a tomar emprestado por telex. Recebiam-se vinte, trinta telex por dia, oferecendo dinheiro a vários prazos, a várias taxas”, recordaria o conselheiro Marcílio Marques Moreira.⁶⁷ O Citibank resolvera romper o teto dos empréstimos brasileiros, fixado em 5% do total da carteira mundial. Algumas casas armaram os primeiros, e inéditos, empréstimos para financiamento de compras de petróleo pelo Brasil.⁶⁸ A linda negociadora do Wells Fargo em San Francisco reclamava à Vale do Rio Doce, mostrando que apesar de o banco ter 40 milhões de dólares para emprestar, o consulado brasileiro não acompanhava o seu ritmo.⁶⁹

O Zaire não conseguia pagar o serviço dos 500 milhões de dólares que devia aos bancos privados. A estatal de petróleo indonésia estourara num espeto de 10 bilhões, no meio do qual estava uma dívida reconhecida por um general que assinara o nome numa caixa de fósforos de boate.⁷⁰ O dinheiro abundante sugeria que casos como esses eram meros acidentes de percurso.

Nada adiantaria que o ex-ministro Octávio Gouvêa de Bulhões escrevesse a Geisel advertindo-o do “endividamento da economia brasileira que impede acelerar o desenvolvimento e cria obstáculos ao desaceleramento inflacionário, com reflexos negativos sobre o equilíbrio do balanço de pagamentos”.⁷¹

Graças ao esfriamento da economia e às restrições que impusera às importações, Geisel fechou 1975 com um déficit comercial de 3,5 bilhões de dólares e um buraco de 7 bilhões nas transações correntes.⁷² Foram

66 *Veja*, 15 de outubro de 1975, em Carlos Lessa, *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976*, p. 211.

67 Depoimento de Marcílio Marques Moreira, em Mário Henrique Simonsen — *Um homem e seu tempo*, organizado por Verena Alberti, Dora Rocha e Carlos Eduardo Sarmento, p. 183.

68 Phillip L. Zweig, *Wriston*, pp. 428 e 426.

69 Telex de Jessica Palmer, do banco Wells Fargo, à Vale do Rio Doce, de 9 de setembro de 1975, acompanhado de uma folha de Shigeaki Ueki a Golbery, com anotações deste e de Geisel. AFGCS/HF.

70 Phillip L. Zweig, *Wriston*, pp. 502 e 426.

71 Carta de Octávio Gouvêa de Bulhões a Geisel, de 22 de dezembro de 1975. AFGCS/HF.

72 *Banco Central*, “Economia e Finanças”, “Séries Temporais”, <<http://www.bc.gov.br>>, Séries 2301 e 2302.

resultados melhores que os do ano anterior, mas cobraram dois preços. De um lado, derrubaram o crescimento do PIB para 5,2%.⁷³ De outro levaram a dívida externa a 21,2 bilhões de dólares. Entre 1973 e 1975 a América Latina e o Caribe duplicaram seu endividamento. O Brasil também.⁷⁴

⁷³ Banco Central, "Economia e Finanças", "Séries Temporais", <<http://www.bc.gov.br>>, Série 7326.

⁷⁴ Idem, Série 3560.